

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS FIRMADO
ENTRE A CEASAMINAS E
TATTICA AUDITORES
INDEPENDENTES S.A., PARA
OS FINS QUE SE ESPECIFICA**

PROCEDIMENTO INTERNO DE ORIGEM: PI n.º 56/2022

Solicitação de Contratação n.º 017286 – Departamento Financeiro da CeaSaMinas

Por este instrumento, em decorrência do Procedimento Interno em epígrafe, as CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – CEASAMINAS, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.504.325/0001-04, sob controle acionário da União, sediado às margens da BR 040, km 688, s/nº., Contagem/MG, CEP 32.145-900, Telefone 3399-2057, representada pelos Diretores, infra-assinados, ora denominada **CEASAMINAS**, e a empresa **TATTICA AUDITORES INDEPENDENTES S.A.**, com endereço a Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, n.º 375, Sala 51, Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-020, CNPJ 12.651.123/0001-71, na sequência denominada **CONTRATADA**, representada na sua forma legal pelo(a) Sr(a) Aderbal Alfonso Hoppe, CPF n.º ****560250/**; resolvem, para aquisição dos materiais/serviços constantes neste Contrato e no Termo de Referência, com fundamento nas Leis Complementares n.ºs 123/06 e 147/14; Lei n.º 13.303/16; 6.404/1976; 11.638/2007; 11.941/2009; Decreto n.º 10.024/19; e no Manual de Procedimentos e Regulamentos de Licitações e Contratos da CEASAMINAS, e nas cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

1.1- Prestação de serviços de Auditoria Externa Independente sobre a reapresentação das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da CEASAMINAS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste contrato.

1.2 – A empresa contratada deverá reemitir relatório sobre o exercício de 2021, na forma de parecer, emitindo opinião a respeito da adequação das demonstrações financeiras e um relatório de recomendações sobre as políticas de controle interno da Companhia, incluindo o Relatório de Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

2.1 - Auditoria Contábil para emissão de relatório em forma de parecer opinando sobre a reapresentação das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com a adequação dos relatórios financeiros emitidos pela Companhia. Os pareceres emitidos deverão ter nível de asseguarção razoável, seguindo às normas NBC TA vigentes.

2.2 - Para emissão dos pareceres a empresa contratada deverá realizar testes para garantir um nível aceitável de risco, nos seguintes segmentos da Companhia:

2.2.1 - Tesouraria (contas a pagar e a receber);

2.2.2 - Estoques;

2.2.3 - Imobilizado;

2.2.4 - Pessoal (folha de pagamento inclusive);

2.2.5 - Tributário (incluindo a revisão de obrigações acessórias);

2.2.6 - Compras e licitações.

2.3 - Prestação de serviços de Auditoria Independente, conforme os termos do convite, Norma de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme as Resoluções 1.202/09 (NBC.T.11 Norma de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis CFC) e NBC-P1 Normas Profissionais de Auditoria Independente; Normas Brasileira de Contabilidade expedidas pelo mesmo Conselho Federal de Contabilidade: Lei nº 6.404, art. 163, § 4º; bem como dos demais dispositivos legais aplicáveis à empresa.

2.3.1 - Acompanhamento dos procedimentos contábeis realizados no período;

2.3.2 - Conferência dos registros contábeis fiscais, incluindo os registros auxiliares;

2.3.3 - Conferência dos fornecedores, credores e devedores de natureza diversa;

2.3.4 - Conferência dos bens patrimoniais e seus controles e registros;

2.3.5 - Exame das receitas e despesas (revisão analítica) para o período contratado, com análise das principais variações, bem como o confronto dos valores orçados;

2.3.6 - Avaliar o Patrimônio Líquido, constituição e destinação das Reservas;

2.3.7 - Verificar e sugerir melhorias nas Notas Explicativas;

2.3.8 - Verificar a consistência, apuração e cálculo do Lucro Real e escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR;

2.3.9 - Verificar as contas patrimoniais e de resultado, visando exatidão dos saldos consolidados e analíticos, sugerindo melhorias nos controles internos;

2.3.10 - Comparecer às reuniões do Conselho Fiscal, sempre que convocada para esclarecimentos ou informações para apuração dos fatos especificados (Lei nº 6.404, art. 163, § 4º);

2.3.11 - Emissão do parecer de auditoria, assessoramento na elaboração das demonstrações contábeis (BP: Balanço Patrimonial; DRE: Demonstração do Resultado do Exercício; DRA (Demonstração dos Resultados Abrangentes); DFC: Demonstração Fluxo de Caixa; DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e das Notas Explicativas, assim como sobre o tratamento contábil a ser atribuído a qualquer evento que venha a ter reflexos diretos sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União – DOU, a cargo da CEASAMINAS.

3.2 - Por se tratar de serviço contínuo e obrigatório por lei, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado através de aditivo contratual para os exercícios financeiros seguintes, caso ocorra motivo plenamente justificado e aceito pela CEASAMINAS, mantidas as condições previamente estabelecidas, para um limite de até 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUARTA – CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS COMUNS

4.1 - O objeto da contratação enquadra-se na classificação de materiais/serviços comuns, nos termos do art. 1º, § único, da Lei n.º 10.520/2002; do art. 32, Inciso IV, da lei n.º 13.303/2016 e art. 4º, Inciso IV, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA DOS RELATÓRIOS E DOS PARECERES: RESPONSABILIDADE DA CEASAMINAS E DA AUDITORIA EXTERNA

5.1 - Os serviços serão prestados nas seguintes datas obedecendo aos seguintes prazos:

ANUAL	CEASAMINAS Disponibilizará documentos para <u>Auditoria Externa</u> em	AUDITORIA EXTERNA Entrega do Relatório da <u>Auditoria Externa</u> para CEASAMINAS
Ref. 2021	Dezembro de 2022	Janeiro de 2023

5.2 - A auditoria solicitada será concluída com a entrega do parecer final dos auditores independentes sobre o balanço reapresentado do exercício financeiro findo em 31 de dezembro, o que deve ocorrer necessariamente até o dia 31 de janeiro de 2023 devido os

prazos estipulados para publicação das demonstrações contábeis e apreciação do Conselho Fiscal para aprovação, bem como o parecer sobre o Relatório de Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS RELATÓRIOS E PARECERES

6.1 - Serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste contrato e na proposta comercial.

6.2 - Os relatórios e pareceres poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta comercial, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.3 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ITENS OBRIGATÓRIOS NO RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

7.1 - Políticas de Controle Interno da Companhia.

7.2 - Relatório de Administração.

7.3 - Demonstrações Financeiras:

7.3.1 - BP: Balanço Patrimonial;

7.3.2 - DRE: Demonstração do Resultado do Exercício;

7.3.3 - DRA: Demonstração dos Resultados Abrangentes;

7.3.4 - DVA: Demonstração do Valor Adicionado;

7.3.5 - DFC: Demonstração Fluxo de Caixa;

7.3.6 - DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

7.3.7 - Notas Explicativas.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO

8.1 - Os serviços serão realizados nas dependências da CEASAMINAS, no dias úteis, de segunda a sexta feira, entre 08h00 e 17h00, no prédio da administração, Departamento Financeiro na Seção: Contabilidade unidade Contagem/MG.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos treinamento oferecido com as especificações constantes neste Contrato e na proposta comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.3 – Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de fiscal do Contrato, devidamente designado pela autoridade superior;

9.5 – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;

9.6 – Aplicar as penalidades quando cabíveis, nos termos deste Contrato, do Termo de Referência, e da lei.

9.7 – Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do presente pacto;

9.8 – Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PI 56/2022, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.9 – Aplicar as penalidades, quando cabíveis, conforme RD/PRESI/43/17 disponível em https://minas1.ceasa.mg.gov.br/intranet/_lib/file/docresolucao/0432017.pdf, e demais normas aplicáveis.

9.10 – A CEASAMINAS não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1 - Efetuar a entrega do objeto deste contrato em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e proposta comercial da contratada, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, conforme o caso;

10.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto do edital, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o objeto do contrato com avarias ou defeitos;

10.1.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.7 - Comparecer, sempre que solicitada, à sede da Fiscalização da CONTRATANTE, em horário por esta estabelecida, a fim de receber instruções e acertar providências;

10.1.8 - Obedecer obrigatoriamente às normas e especificações Técnicas constantes do Edital, bem como respeitar rigorosamente as recomendações Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

10.1.9 - Realizar todos os testes e ensaios de materiais, em obediência às normas da ABNT e outros que forem julgados necessários pela Fiscalização;

10.1.10 - Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.1.11 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos;

10.1.12 - Fornecer os materiais/serviços em até 15 (quinze) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço;

10.1.13 - Assumir os valores existentes na proposta comercial e assumir total responsabilidade para eventuais erros e omissões que nela venha ser encontrada;

10.1.14 - Emissão da nota fiscal de faturamento, bem como assumir encargos e impostos.

10.1.15 - Seguir integralmente normas, procedimentos e regulamentações internas da CONTRATANTE, além das legislações pertinentes, inclusive, trabalhista.

10.1.16 - Todas as comunicações entre a Contratada e a CEASAMINAS devem ser feitas por escrito;

10.1.17 - Todos os materiais a serem empregados serão obrigatoriamente de primeira qualidade e deverão obedecer às especificações e normas da ABNT. Em nenhum caso o uso de material menos nobre poderá servir de justificativa, devendo a boa técnica fornecimento os materiais de qualidade por conta da Contratada.

10.1.18 - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira.

10.1.19 - A Contratada será obrigada a atender todas as solicitações efetuadas durante a vigência do Contrato, mesmo que o fornecimento deles decorrente estiver prevista para data

posterior a do seu vencimento. O pedido poderá ser feito por memorando, ofício, telex, fac-símile ou e-mail, devendo dela constar: a data, a quantidade pretendida, o local para a entrega e o nome do responsável.

10.1.20 - Os materiais/serviços deverão ser fornecidos acompanhados da Nota Fiscal/Nota Fiscal Fatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1 – Nos termos do art. 84, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS, o Departamento Financeiro juntamente com o Setor de Contabilidade serão os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela Auditoria Independente, designando um Fiscal de Contrato para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1 - O recebimento de material/serviço de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CEASAMINAS ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 76, da Lei n.º 13.303/2016 e art. 86, Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS.

12.3 - O representante da CEASAMINAS anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

13.1 – Os pagamentos ficam condicionados ao recebimento técnico do material e serão realizados 30 (trinta) dias após a entrega e aceite, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura eletrônica através do site nfe@ceasaminas.com.br, depois de conferida e atestada pelo Fiscal Administrativo, após aceitação do Fiscal Técnico ou com apoio técnico de seu assessor caso entenda ser necessário.

13.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 56, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS.

13.3.1 - As notas fiscais deverão ser entregues até o dia 25 de cada mês em relação a cada pedido realizado.

13.3.2 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

13.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5 - Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.6 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.7 - Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

13.8 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9 - Persistindo a irregularidade, a CEASAMINAS deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

13.10 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.10.1 - Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CEASAMINAS.

13.11 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.11.1 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.12 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

13.13 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CEASAMINAS, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela será correspondente à multa de 2% (dois por cento) e juros legais de 1% (um por cento) ao mês.

13.14 - Caso haja atraso no pagamento por parte da Contratada, o fiscal administrativo deve solicitar à diretoria da CEASAMINAS abertura de Processo Administrativo para apuração de responsabilidade (PAAR) nos termos da RD/PRESI/43/17.

13.15 - O valor global deste Contrato é de **R\$ 49.950,00 (quarenta e nove mil e novecentos e cinquenta reais)**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1 - Os preços são fixos e irrealizáveis pelo período de validade do tempo de licenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – A empresa Contratada será penalizada em decorrência de inexecução parcial ou total do Contrato, sujeitando-se às penalidades que se seguem:

16.1.1 – Advertência escrita;

16.1.2 - Multa no valor de 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato enquanto perdurar o ato passível de punição, com limite de 10% (dez por cento);

16.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CEASAMINAS, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

16.1.4 - Descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do item 13.2, abaixo.

16.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a CEASAMINAS e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

16.2.1 - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

16.2.2 - Não entregar a documentação exigida no Contrato;

16.2.3 - Apresentar documentação falsa;

16.2.4 - Causar o atraso na execução do objeto;

16.2.5 - Não mantiver a proposta;

16.2.6 - Falhar na execução do contrato;

16.2.7 - Fraudar a execução do contrato;

16.2.8 - Comportar-se de modo inidôneo;

16.2.9 - Declarar informações falsas; e

16.2.10 - Cometer fraude fiscal.

16.3 - As sanções descritas no item 13.2 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

16.4 - As sanções previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade do caso.

16.5 - A sanção prevista no item 13.1.3 poderá também ser aplicada à empresa ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela lei n.º 13.303/2016:

16.5.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do contrato;

16.5.3 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CEASAMINAS em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 - A multa a que alude o item 13.1.2 não impede que a CEASAMINAS rescinda o contrato.

16.7 - Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado no prazo de entrega até o limite de 30 (trinta) dias.

16.8 – Considera-se inexecução total o atraso injustificado no prazo de entrega, superior a 30 (trinta) dias.

16.9 – O valor da multa que for aplicada poderá ser descontado das faturas devidas à empresa Contratada.

16.9.1 – Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

16.10 - A multa aplicada poderá ser descontada da garantia do respectivo contrato, se for exigível.

16.10.1 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, se for exigida, além da perda dessa, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CEASAMINAS, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.11 – A Contratada é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – MPE, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/06, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n.º 8.538/15.

16.12 – Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.13 – A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na CEASAMINAS, serão apuradas nos termos dos procedimentos previsto na RD/PRESI/43/17.

16.14 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao acusado, observando-se o procedimento previsto na RD/PRESI/43/17.

16.15 – Nos termos do art. 37, da lei n.º 13.303/2016, a CEASAMINAS informará os dados relativos às sanções por elas aplicadas às empresas Contratadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de que trata o [art. 23, da Lei n.º 12.846/2013](#).

16.15.1 – A empresa Contratada incluída no CEIS não poderá disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.

16.15.2 - Serão excluídas do CEIS, a qualquer tempo, as empresas Contratadas que demonstrarem a superação dos motivos que deram causa à restrição contra elas promovida.

16.16 - As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

16.17 - Aplicam-se ao Contrato, as normas de direito penal contidas nos [arts. 89 a 99, da Lei n.º 8.666/1993](#), nos termos do art. 41, da lei n.º 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 – As despesas decorrentes desta licitação, para o período de 12 (doze) meses, correrão à conta da dotação orçamentária n.º 2.205.030.000.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1 – A publicação do Contrato, sob a forma de extrato, será promovida pela CEASAMINAS.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 – Fica eleito o foro da comarca de Contagem/MG, como o único competente para a solução das dúvidas oriundas da interpretação das cláusulas deste Contrato.

19.2 – E por estarem assim ajustadas, as partes com as testemunhas assinam o presente instrumento de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Contagem/MG, 09 de dezembro de 2022.

██
Diretor-Presidente
CEASAMINAS

██
Diretor Financeiro
CEASAMINAS

██
TATTICA AUDITORES E CONSULTORES LTDA.
Aderbal Alfonso Hoppe – Representante Legal

██
Fiscal Administrativo/CEASAMINAS
Gestor do Departamento de Financeiro

██
Fiscal Administrativo/CEASAMINAS
Gestor da Seção de Contabilidade

Testemunhas:

.....
Luly Lima Rodrigues da Silva
CPF: ***.733.206-**

.....
Leonardo Cabral Ferreira
CPF: ***.007.376-**